



O Letramento Racial como ferramenta para a erradicação do racismo

Racial literacy as a tool to eradicate racism

Júlia do Nascimento

Mestrado pela Universidade Estadual do Amazonas (UEA)
<https://orcid.org/0000-0002-9693-4275>, jdn.mic21@uea.edu.br

Gimima Beatriz Melo da Silva

Pós-doutorado pela Universidade Estadual do Amazonas
<https://orcid.org/0000-0003-3904-1451>, gbsilva@uea.edu.br

Recebido em: 23/08/2023/ Aceito em: 07/10/2023
DOI: 10.12660/rm.v15n24.2023.89973

Resumo

Uma das bases da manutenção do racismo é tratar a desigualdade racial como algo natural da sociedade. As narrativas racistas hoje proferidas são herança de uma cultura brasileira em que o mito da democracia racial se tornou uma forte teoria utilizada como justificativa para a invisibilização do racismo e das identidades negras. Apresenta-se aqui uma forma de estratégia que pode auxiliar no combate ao racismo, o letramento racial. Essa prática pode ser entendida como um conjunto de estratégias associadas à prática de leitura que ajudam na compreensão social e racial do indivíduo. O letramento racial antirracista demanda adequação constante se configurando como um processo individual e coletivo que exige observação, conhecimento e escuta ativa para se tornar colaborativo à luta antirracista.

Palavras-chave: Racismo; Identidade; Mito da democracia racial; Educação antirracista; Letramento racial.

Abstract

One of the bases for maintaining racism is treating racial inequality as something natural in society. The racist narratives spoken today are the legacy of a Brazilian culture in which the myth of racial democracy has become a strong theory used as a justification for the invisibility of racism and black identities. Here we present a form of strategy that can help combat racism: racial literacy. This practice can be understood as a set of strategies associated with reading practice that help with the individual's social and racial understanding. Anti-racist racial literacy demands constant adaptation, configuring itself as an individual and collective process that requires observation, knowledge and active listening to make the anti-racist fight collaborative.

Keywords: Racism; Identity; Mito da democracia racial; Anti-racist education; Racial literacy.

Eu me sinto estranha quando sinto que estou sendo escolhida para representar o feminismo negro. E por que aqui no Brasil vocês precisam buscar essa referência nos Estados Unidos? Eu acho que aprendo mais com Lélia Gonzales do que vocês poderiam aprender comigo

(Angela Davis)

Introdução

Beatriz Roscoe, em uma pesquisa realizada no PoderData em novembro de 2021, demonstra que 79% dos brasileiros admitem a existência do racismo no Brasil, no entanto, apenas 39% admitem ter preconceito com pessoas negras. O brasileiro não aparenta evitar, mas tem vergonha de ter preconceito, “por isso surgiu no Brasil uma espécie de preconceito reativo: o preconceito contra o preconceito ou o preconceito de ter preconceito” (FERNANDES, 1972, p. 42), ou seja, parece haver a ideia de que as manifestações de preconceito racial são realizadas por uma minoria ou são casos excepcionais, facilmente ignorados, fortalecendo a prática de um “racismo à brasileira” em que se admite que existe o racismo, mas não se aceita como racista.

Os processos de embranquecimento próprios do período de imigração no Brasil – principalmente no século XIX – atrelados a negação do preconceito, ajudam no processo gradual de estruturação do racismo no país. Segundo o professor e antropólogo Kabengele Munanga (2003) o racismo é a crença de que existem raças que são naturalmente superiores dentro de uma sociedade hierarquizada. De acordo com o intelectual

(...) com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. (3º SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO, 2003)

Segundo Antônio Alfredo Guimarães (2004), o racismo é um sistema que envolve desigualdades de oportunidades.

(...) chama-se ainda de racismo o sistema de desigualdades de oportunidades, inscritas na estrutura de uma sociedade, que podem ser verificadas apenas estatisticamente através de desigualdades raciais, seja na educação, na saúde pública, no emprego, na renda, na moradia, etc. (GUIMARÃES, 2004, p. 18)

O branco passa a se tornar uma espécie de padrão e o que se distancia da branquitude é atropelado pelo racismo. O homem branco, visto como hegemônico, além de criar uma dicotomia racial na sociedade em que ele é superior, passa a articular sua supremacia utilizando como ferramenta, entre outras ideias, a questão biológica. De acordo com Kabengele Munanga (2003) não são só os traços físicos que definem o racismo para o racista, contudo, o racista considera que as características intelectuais e morais são causadas pelas características biológicas.

“O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas.” (3º SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO, 2003)

A questão biológica foi utilizada então como uma estratégia em prol do fortalecimento de uma hierarquia racial com o branco no topo, afinal, como afirma o biólogo norte americano Stephen Jay Gould (1999), o argumento científico foi uma arma de primeira linha por mais de um século, pois anulou qualquer possibilidade de grupos considerados inferiores terem a chance de fazer parte dos grupos mais favorecido.

O preconceito racial pode ser tão antigo quanto o registro da história humana, mas a sua justificação biológica impôs o fardo adicional da inferioridade intrínseca aos grupos menos favorecidos e descartou a sua possibilidade de se redimir através da conversão ou da assimilação. O argumento científico foi uma arma de ataque de primeira linha por mais de um século. (GOULD, 1999, p. 18)

Com um preconceito racial estruturado, seja de forma social, seja de forma biológica, um modelo ideal foi estabelecido, o do branco, e a identidade nacional foi

se desenvolvendo às custas da anulação dos não brancos. Tendo sua cor, traços físicos, religião, cultura e hábitos menosprezados não houve liberdade ao negro de reconhecimento e afirmação de si, o que provavelmente deixa um legado de desprezo, negação e inseguranças quanto a sua própria identidade. Como afirma Nilma Lino Gomes (2001)

a dificuldade existente entre a maioria da população brasileira quanto à identificação racial e fruto da construção histórica da negação, do desprezo e do medo do diferente, sobretudo quando este se relaciona diretamente à herança ancestral africana. Esse apelo à homogeneização ainda é muito forte no Brasil, apesar da apologia da miscigenação racial. Mesmo que a mídia e a própria escola utilizem a miscigenação com um forte argumento no seu discurso sobre as relações raciais, a ideia de um país racial e culturalmente miscigenado ainda é, para as elites brasileiras e para uma grande parcela da população, motivo de medo ou do desprezo. (GOMES, 2001, p. 88-89)

Em um quadro onde diversos racismos foram determinados na sociedade brasileira, ser – e se autodeclarar – negro vai se tornar um ato de resistência diante de uma sociedade branca que pratica um racismo mascarado que teme e despreza uma miscigenação de fato, como afirma a autora.

Lelia Gonzalez afirma em um depoimento publicado em 1988 que “a gente não nasce negro, a gente se torna negro”, afinal é um processo de reconhecimento que culmina em uma conquista dolorosa. Enxergar-se enquanto pessoa negra diante de uma realidade de menosprezo é carregar consigo uma luta que se estende há centenas de anos e que permanece em movimento. Reconhecer-se enquanto negro é entender a importância da luta contra uma sociedade violentamente racista. Gonzalez afirma que

é uma conquista dura, cruel e que se desenvolve pela vida da gente afora. Aí entra a questão da identidade que você vai construindo. Essa identidade negra não é uma coisa pronta, acabada. Então, para mim, uma pessoa negra que tem consciência de sua negritude está na luta contra o racismo. As outras são mulatas, marrons, pardos etc. (GONZALEZ apud BARRETO, 2019)

Uma pessoa negra que está inserida em um espaço de dominação branca, ao notar sua posição, costuma sentir a opressão que é ter sua vida determinada pelo modelo branco, cis, hétero e de classe social privilegiada como referência. O reconhecimento de sua cultura, vestimenta, cabelo, ou seja, de sua identidade,

enxergado como algo fora dos padrões impostos por esse modelo, não costuma ser um processo rápido ou fácil.

Joice Berth (2019) afirma que não se descobriu negra, foi acusada de sê-la. Essa frase evidencia o processo de descoberta da negritude. Neusa Santos Souza (1990) argumenta que saber-se negra é mais que entender o óbvio, é viver a experiência de ter sua identidade massacrada entre outras violências, contudo, é também uma responsabilidade de comprometimento e resgate da memória.

[...] A descoberta de ser negra é mais que a constatação do óbvio. (Aliás, o óbvio é aquela categoria que só aparece enquanto tal, depois do trabalho de se descortinar muitos véus). Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades. (SOUZA, 1990, p. 17)

Ou seja, reconhecimento da negritude se torna essencial no processo de construção identitária, tornar-se negra vai além da cor ou características físicas, é afirmar o que se é e o que representa ser à sociedade. Ao assumir publicamente sua cultura e seus hábitos, a pessoa negra se posiciona. Assumindo sua identidade há a noção do combate, seja direto ou indireto – ao racismo. A ação de se identificar, tornar e ser serão essenciais ao enfrentamento do racismo.

O resgate da memória também pode ser um processo que exige uma carga emocional e política. Enxergar as lutas antirracistas e os longos processos de resistência é importante na compreensão do funcionamento das relações raciais. Afinal, como afirma Kabengele Munanga (2004):

podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação (MUNANGA, 2004, p. 22).

A verdade é que o racismo se tornou instrumento de manutenção determinante na hierarquia das relações sociais. A influência do mito da democracia racial fez com que o racismo fosse mascarado por outros marcadores sociais em que a superioridade não existe só pela raça e sim pela classe social. A discriminação é

dissimulada diante de teorias e argumentos que buscam explicar e justificar o porquê o branco é considerado superior ao negro.

Kabengele Munanga (2010) argumenta que o que

as pessoas querem dizer, está claro, que o preconceito racial no Brasil é provocado pela diferença de classe econômica e não pela crença na superioridade do branco e na inferioridade do negro. O que é a voz do mito de democracia racial brasileira, negando os fatos às vezes tão gritantes da discriminação racial no cotidiano do brasileiro. (MUNANGA, 2010, p. 3)

A identidade é vista como algo que pode ser socialmente construído, assim como os conceitos de raça, racismo e classe. O problema do racismo se converte então em uma questão social e política, logo sua solução deve ser executada da mesma forma.

É preciso entender a complexidade que é para a pessoa negra se reconhecer enquanto negro, a aprendizagem ou mesmo a busca por fazer parte de um nicho socialmente oprimido por um senso comum que ou não quer mudanças ou não enxerga a necessidade delas é algo visto por um ângulo negativo. Stuart Hall (1996) vai definir que objetos e eventos não têm significado se nós enquanto sociedade daquele tempo e lugar, não imputarmos sentido a eles. O autor argumenta que

a representação é o processo pelo qual membros de uma cultura usam a linguagem para instituir significados. Essa definição carrega uma premissa: as coisas, os objetos, os eventos do mundo não têm, neles mesmos, qualquer sentido fixo, final ou verdadeiro. Somos nós, em sociedade, entre culturas humanas, que atribuímos sentidos às coisas. Os sentidos, conseqüentemente, sempre mudarão de uma cultura para outra e de uma época para outra. (HALL, 1996, p. 61)

Um dos danos que podem ser causados pela não compreensão da história negra, grupo marginalizado por um sistema baseado no racismo, entre outros preconceitos, pode ser não enxergar o sentido da representatividade nos lugares, na cultura ou na identidade. Ser negro, firmar-se e a partir dessa ação incutir os significados culturais em seu cotidiano é necessário para um bom entendimento individual e coletivo da importância e da valorização da diversidade social.

O processo identitário brasileiro ganhou destaque no século XIX, contudo, no século XXI, ainda está em construção. Para parte da população negra, tornar-se é um processo contínuo que pode ser ora individual, ora coletivo. É necessário um empenho

social de diversos grupos sociais para que haja uma reparação histórica. O negacionismo, estruturado pelo mito da democracia racial, permanece ativo e colaborativo ao progresso que envolve a valorização da maioria da população brasileira, a negra.

Historicamente, a ideia de uma democracia racial e conseqüentemente a da negação do racismo pode ser analisada a partir da década de 1930 com Getúlio Vargas. Logo que assumiu o governo, o então presidente Getúlio Dornelles Vargas buscou transformar o Brasil adotando uma postura nacionalista e tentando eliminar os contrastes existentes no país atacando o que ele considerava a principal fonte de problemas do Estado, a luta de classes. Seu objetivo era dissipar a ideia de raça, levando os habitantes do país a serem vistos apenas como brasileiros. Com isso, evitava-se qualquer manifestação de povos considerados minoritários quanto a busca por direitos.

É nesse contexto que a primeira edição do livro Casa-Grande & Senzala do sociólogo Gilberto Freyre é lançada em 1933. Em sua obra, Freyre (2006) aponta a miscigenação como fator de formação social brasileira resultante de uma muito bem-sucedida mistura de raças. Afinal, segundo o autor, os portugueses não tiveram preconceito em socializar com outras etnias e as mulheres indígenas e negras se entregavam a eles sem nenhuma resistência. A questão do estupro é ignorada ou minimizada pelo sociólogo sendo tratada como casos isolados onde os senhores de engenho tinham seus instintos despertados pela sensualidade natural das africanas.

O que se difundia era que no Brasil havia uma harmonia entre raças. Gilberto Freyre, mesmo falando sobre o assunto, não chega a utilizar o termo democracia racial em Casa-Grande & Senzala mas seu livro é responsável por sistematizar esse conceito. Enquanto o ex-presidente Getúlio Vargas iniciava sua campanha de negação e discriminação racial no Brasil e de que todas as etnias tinham seus direitos garantidos vivendo em harmonia, a obra de Freyre apresenta a teoria científica que confirmaria essas ideias.

O mito da democracia racial perdurou durante tantos anos possivelmente por ser fundamentado por intelectuais e pessoas em espaços de poder majoritariamente brancos. O acesso a esses espaços por pessoas negras – entre outros não brancos – trouxe uma perspectiva sobre determinados temas diferentes do olhar do

colonizador e dos senhores da Casa-Grande onde a democracia racial passa a ser questionada. A defesa de que não há discriminação ou preconceitos raciais e que todas as etnias são devidamente respeitadas porque todos são brasileiros e vivem em harmonia entre si evidencia uma tentativa de mascarar os ataques, ofensas e violências da sociedade e do Estado sofridos pelas pessoas negras e servia para livrar a culpa de uma elite econômica brasileira e seu comportamento discriminatório.

O mito da democracia racial permanece, mas adaptado sob novos moldes e teorias. Como afirmam Viviane Fernandes e Maria Cecília Souza (2016) esse mito influencia no processo de percepção dos indivíduos, sejam eles brancos ou negros, e, portanto, no modo de construção de representações sociais. O racismo está onde a população está, ou seja, na cultura, na sociedade, nas instituições, no corpo, na fala e na mente do indivíduo enquanto ser individual e coletivo.

Silvio Luiz de Almeida (2019) em sua obra intitulada Racismo Estrutural tece argumentos acerca de como a raça, de início, considerada uma classificação dos seres humanos utilizada com base em atributos biológicos teve sua definição atrelada a aspectos étnico-culturais para justificar as desigualdades existentes no âmbito da política. Ao conceituar racismo, o autor recorre a questão da discriminação racial e seus tratamentos a pessoas de grupos raciais específicos.

O preconceito racial se baseia, segundo o autor, em relações de poder que um grupo privilegiado detém e que é oferecida por uma classe social da qual esse grupo faz parte, manifestando-se em espaços onde aspectos econômicos, políticos e institucionais ganham destaque. Para uma melhor compreensão coletiva, Silvio Almeida classifica os conceitos de racismo em individual, institucional e estrutural.

O racismo individual vai ocorrer por meio da discriminação racial atribuída a determinadas pessoas, enquanto no institucional amplia-se a ideia de racismo como comportamento individual, pois acaba por conceder privilégios a determinados grupos utilizando a raça como fator de merecimento. Ou seja, “as instituições são a materialização das determinações formais na vida social” e estão inseridas em relações de poder, conflitos e disputas entre os grupos participantes da instituição (ALMEIDA, 2019, p. 30).

No racismo institucional, esses espaços de poder geralmente são dominados por homens brancos. Para Silvio de Almeida (2019) quando lugares como o sistema

judiciário, o legislativo, o ministério público, a diretoria de empresas e as reitorias de universidades criam formas de dificultar ou impedir que negros e mulheres possam acessá-los, tornam-se exemplos do racismo institucional. Ligado ao racismo institucional, está o estrutural que determina suas regras a partir de uma ordem social estabelecida. Isso significa que o racismo estrutural é parte de um sistema social, histórico e político que colaboram entre si para criar mecanismos de discriminação de pessoas e grupos de forma sistemática.

Reflete-se sobre a necessidade das práticas antirracistas na sociedade brasileira e a necessidade da identidade negra. É preciso se tornar negro e se fazer presente em todos os espaços. Viviane Fernandes e Maria Cecília Souza (2016) chamam atenção quanto a atribuição do identitário negro e seu envolvimento nas relações de poder e a auto atribuição, que se torna uma questão de posicionamento.

Ambas as dimensões da identidade atribuída ou de auto atribuição (identidade negra) são coletivamente construídas e se transfiguram conforme o contexto social, cultural e político. No entanto, a identidade atribuída é dotada exclusivamente de um caráter essencializador, na medida em que relações de poder estão envolvidas na essencialização do que é ser negro. Diferentemente, a identidade autoatribuída (identidade negra), não se configura em “uma essência, mas um posicionamento” (HALL apud FERNANDES; SOUZA, 1996, p. 70). Porém, não se pode negar que em seu percurso histórico de construção e reconstrução recorre a um certo “essencialismo estratégico” (SPIVAK apud FERNANDES; SOUZA, 2010), entendendo por isso uma relação com as diferenças que permita aos grupos estabelecerem referências de pertencimento e reconhecimento.” (FERNANDES; SOUZA, 2016, p. 109)

O desenvolvimento do racismo e as questões identitárias individuais e coletivas dentro de uma sociedade são processos longos, complexos e trazem inúmeras reflexões. O objetivo desse artigo, portanto, é propor a tentativa de quebra da cultura racista entendida como estrutura na sociedade através de uma compreensão do termo do letramento racial como uma possibilidade de ferramenta educacional antirracista. Busca-se, ao analisar pesquisas sobre o termo, demonstrar as possibilidades de compreensão social e racial presentes nele. Acredita-se assim,

ser possível, considerando outras frentes de combate simultâneas, contribuir no processo de erradicação do racismo.

Já que a ideia da democracia racial foi constituída como um instrumento da hegemonia branca brasileira que mascara um processo genocida (NASCIMENTO, 1978), o letramento racial pode se tornar um dos dispositivos de colaboração em prol da luta por uma educação antirracista. Tendo como finalidade a compreensão desse letramento como uma das formas de enfrentamento ao racismo, o artigo apresentado é resultado de uma pesquisa bibliográfica, optando-se pelo uso de uma metodologia qualitativa, sustentadas pelo argumento de Felipe Fontana (2018) e John Creswell (2007).

Por ser basilar na formação educacional de qualquer indivíduo, a pesquisa bibliográfica deve se rotinizar tanto na vida profissional de professores e de pesquisadores, quanto na de estudantes. Essa rotinização se faz necessária pois esse conjunto amplo de indivíduos possui o interesse de conhecer as mais variadas, plurais e distintas contribuições científicas disponíveis sobre um determinado tema. É a pesquisa bibliográfica que oferece o suporte a todas as fases de qualquer tipo de pesquisa, uma vez que auxilia na definição do problema, na determinação dos objetivos, na construção de hipóteses, na fundamentação da justificativa da escolha do tema e na elaboração do relatório final. (FONTANA, 2018, p. 66).

Creswell argumenta que a pesquisa qualitativa é interpretativa, ou seja, o pesquisador faz uma interpretação dos dados partindo de uma visão holística dos fenômenos sociais. “Isso explica por que estudos de pesquisa qualitativa aparecem como visões amplas em vez de microanálises”. (CRESWELL, 2007, p. 187)

Na área de educação, de acordo com Maria Cecília de Souza Minayo, a abordagem qualitativa é utilizada em pesquisas que têm como objetivo principal decifrar a prática social, “[...] pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes” (MINAYO, 2009, p. 21). Ou seja, a pesquisa qualitativa permite a compreensão de múltiplos aspectos da realidade.

A educação e o Letramento Racial

De acordo com Gladys Quevedo-Camargo e Matilde Virgínia Ricardi Scaramucci, o termo letramento se refere à condição de ser letrado, ou seja, de saber ler e escrever. Nos anos 80, esse termo se altera e passa a adquirir uma conotação mais abrangente, acrescentando as noções de criticidade, funcionalidade e efetividade da leitura e escrita no cotidiano das práticas sociais, quando passa a ser usado para designar competências e habilidades relacionadas ao dia a dia (QUEVEDO-CAMARGO; SCARAMUCCI, 2018, p. 226). O letramento racial se torna então uma prática de desenvolvimento de competências no qual o conhecimento se funde às questões sociais.

Segundo a psicóloga Lia Vainer Schucman (2022), a antropóloga afro-americana France Winddance Twine, responsável por cunhar o termo “Racial Literacy” – traduzido por Lia Schucman como “letramento racial” –, criou o conceito para ser usado na compreensão de como os sujeitos brancos adquirem consciência dos privilégios da branquitude e da estrutura racista da sociedade e que Twine propõe que para que haja uma real desconstrução do racismo das identidades raciais brancas, é preciso que esses sujeitos se percebam racializados adquiram o “Racial Literacy”. (p.181).

Lia Vainer Schucman, em sua tradução da obra de France Twine, determina que o conjunto de práticas que podem responder as tensões raciais e auxiliar no processo de reeducação dos indivíduos em uma perspectiva antirracista é 1. um reconhecimento do valor simbólico e material da branquitude; 2. definir o racismo como um problema social pertencente a atualidade e não apenas um legado histórico; 3. compreender que as identidades raciais são resultado de práticas sociais; 4. propriedade de gramática e um vocabulário racial para facilitar as discussões sobre os temas raciais e antirracistas; 5. estar apto a traduzir e interpretar os códigos e práticas racializadas de nossa sociedade e; 6. uma análise das formas em que o racismo é mediado por desigualdades de classe, hierarquias de gênero e heteronormatividade. (TWINE, 2006, p. 344 apud SHUCMAN, 2022, p. 182)

A professora e pesquisadora Aparecida de Jesus Ferreira (2015), responsável por cunhar o termo letramento racial crítico no Brasil apresenta a definição do termo:

Letramento racial crítico é refletir sobre raça e racismo, e nos possibilita ver o nosso próprio entendimento de como raça e racismo são tratados no nosso dia a dia, e o quanto raça e racismo têm impacto

em nossas identidades sociais e em nossas vidas, seja no trabalho, no ambiente escolar, universitário, em nossas famílias, nas nossas relações sociais. [...]. Como formadora de professoras/es que sou, entender a importância de utilizar o letramento racial crítico na minha prática pedagógica é de extrema relevância para que assim possa também colaborar para que tenhamos uma sociedade mais justa, com igualdade e com equidade. (FERREIRA, 2015, p.138)

Fazer uso do letramento racial inserido em uma prática pedagógica em sala de aula, é uma forma de tornar possível a discussão e entendimento de situações de racismo cotidianas e, a partir dessa leitura, desse confronto e diálogo, passar a conhecer e reconhecer esses racismos. Enxergar o racismo como um problema que foi naturalizado no cotidiano social brasileiro é ajudar na construção da habilidade de encontrar soluções que colaborem para a erradicação ou enfraquecimento de um sistema que privilegia uns em decorrência de outros.

Sugere-se que com a obtenção do letramento racial, é possível compreender a maneira como é pensada, sentida e vivenciada a experiência da raça a partir da perspectiva de cada indivíduo, principalmente a branca. Dentre esse conjunto de práticas, um dos principais motivos que limitam essa compreensão é que se presencia no Brasil uma resistência em reconhecer o problema do racismo como uma prática existente e cotidiana da sociedade.

Em novembro de 2020, ao se referir a João Alberto Silveira Freitas, de 40 anos, um homem negro que foi espancado e morto por dois seguranças da rede internacional de hipermercados do Carrefour em Porto Alegre (RS), o, na época, vice-presidente da República Hamilton Mourão afirmou ao jornalista Guilherme Mazui (2020):

Lamentável, né? Lamentável isso aí. Isso é lamentável. Em princípio, é segurança totalmente despreparada para a atividade que ele tem que fazer [...] para mim, no Brasil não existe racismo. Isso é uma coisa que querem importar aqui para o Brasil. Isso não existe aqui [...] eu digo para você com toda a tranquilidade: não tem racismo aqui [...] eu digo para vocês o seguinte, porque eu morei nos EUA: racismo tem lá. Eu morei dois anos nos EUA, e na escola em que eu morei lá, o 'pessoal de cor' andava separado. Eu nunca tinha visto isso aqui no Brasil. Saí do Brasil, fui morar lá, era adolescente e fiquei impressionado com isso aí. Isso no final da década 60. (PORTAL G1, 2020)

Essa fala, ao ser proferida por um dos líderes da nação, pode ser considerada como o reflexo dos discursos de uma sociedade que, em parte, continua negando ou

invisibilizando a presença do racismo no país. A visão simplista de comparação entre o racismo ocorrido nos Estados Unidos durante a segregação e o que ocorre no Brasil se torna parte de um discurso violento de não enfrentamento do racismo existente em seus próprios moldes no país, fruto de centenas de anos de escravidão entre outras violências.

Na mesma reportagem, Guilherme Mazui (2020) descreve que o até então presidente da Fundação Cultural Palmares – órgão que tem por atribuição preservar valores da cultura negra –, Sérgio Camargo – homem negro – também afirmou, por meio de uma de suas redes sociais, que o racismo estrutural não existe e que essas situações de racismo são circunstanciais. Segundo Camargo

Não existe racismo estrutural no Brasil; o nosso racismo é circunstancial, ou seja, há alguns imbecis que cometem o crime. A 'estrutura onipresente' que dia e noite oprime e marginaliza todos os negros, como defende a esquerda, não faz sentido nem tem fundamento. (PORTAL G1, 2020)

Parte do enfrentamento do problema do racismo vai além do reconhecimento da realidade racial e social ou do autoconhecimento enquanto ser oprimido, é necessário se reconhecer enquanto um ser preconceituoso. Silvio Almeida ao escrever sobre o racismo estrutural afirma que

Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas. (ALMEIDA, 2019, p. 34).

Nota-se ao se deparar com discursos de pessoas que ocupam cargos importantes politicamente no Brasil como os do vice-presidente da República e o do presidente dos Palmares, o quanto o conhecimento da própria identidade e a invisibilidade das tensões raciais são assuntos problemáticos no Brasil. Trabalhar um letramento racial como uma prática de leitura em instituições escolares e culturais me parece essencial. Ler, ver e ouvir sobre o processo de construção de lutas raciais e sociais no país sob uma perspectiva de autores e vozes negros antirracistas poderiam

auxiliar na busca consciente da memória ancestral e na descoberta ou reconhecimento de si e do enfrentamento contra o racismo no Brasil.

A filósofa Djamila Ribeiro (2019) argumenta que a questão do racismo não é um posicionamento moral e/ou individual, mas um problema estrutural. Portanto, mesmo que fosse possível para alguém dizer que não é uma pessoa racista – por ser algo estrutural na sociedade – não seria inteiramente verdadeiro, afinal, a inércia auxilia na perpetuação da opressão (RIBEIRO, 2019, p. 14).

Deste modo, a complexidade do racismo estrutural afeta diversos espaços sociais, nesse resumo, destaca-se a área educacional. Em uma entrevista ao Roda Viva em 2020, o professor Silvio Almeida assinala que uma educação que não questiona o racismo vai reproduzir o racismo estrutural. Djamila Ribeiro em *Pequeno manual antirracista* (2019) aborda a importância da leitura de intelectuais negros na ampliação de nossa visão de mundo e para que a história não seja contada apenas do ponto de vista hegemônico, afinal

O apagamento da produção e dos saberes negros e anticoloniais contribui significativamente para a pobreza do debate público, seja na academia, na mídia ou em palanques políticos. Se somos a maioria da população, nossas elaborações devem ser lidas, debatidas e citadas. (RIBEIRO, 2019, p. 64)

Entender essa tentativa de invisibilização nos remete ao epílogo dessa narrativa, ao analisar o questionamento da filósofa, escritora, professora, ativista e ex-Pantera Negra, Angela Davis sobre o porquê de nós brasileiros buscarmos referência nos Estados Unidos, se temos Lélia Gonzales. Intelectual, militante e ativista brasileira, Lélia Gonzales é considerada uma das primeiras mulheres negras a se empenhar na reflexão do papel da mulher negra na sociedade brasileira, ao produzir estudos de raça e gênero e de um feminismo afro-latino-americano, reconhecidos internacionalmente.

Por que nas escolas e universidades não se estuda obras de autores negros que fizeram parte da luta antirracista e que ganharam visibilidade internacional como é o caso de Lélia Gonzales? Compreende-se em parte quando Djamila Ribeiro esclarece que “o privilégio social resulta no privilégio epistêmico, que deve ser confrontado para que a história não seja contada apenas pelo ponto de vista do poder.

É danoso que, numa sociedade, as pessoas não conheçam a história dos povos que a construíram.” (RIBEIRO, 2019, p. 65)

Utilizar o letramento racial crítico possibilita que as pessoas se vejam e percebam a ausência de representatividade nos materiais e na mídia também (FERREIRA, 2019, p. 125). Mais do que isso, ajuda na compreensão do espaço que cada um ocupa na relação racial, reconhecendo-se e iniciando o processo de consciência de sua própria identidade, resgatando quem sabe sua ancestralidade e ocupando todos os espaços. Entender que

pensar a educação brasileira do ponto de vista do povo negro é compreender que o processo de exclusão deste segmento étnico/racial não acontece somente em nível ideológico, que se faz notar na reprodução de estereótipos racistas nos livros didáticos, na baixa expectativa de professor em relação ao aluno negro, na veiculação de teorias racistas, na folclorização da cultura negra, mas também na existência de um sistema de ensino pautado em uma estrutura rígida e excludente que representa campo fértil para a repetência e a evasão. (GOMES, 1997, p. 24).

bell hooks (2017) narra em uma de suas obras que, quando criança, ir à escola causava-lhe um sentimento de pura alegria porque lá era um lugar do êxtase, de prazer e do perigo. A autora justifica a empolgação pela forma como a educação era trabalhada em seu espaço escolar. Tendo como plano de fundo a segregação racial, hooks conta que suas professoras enquanto mulheres negras praticavam uma pedagogia revolucionária de resistência, onde conheciam a vida dos alunos – os pais, as condições econômicas, como eram tratados em casa e até as igrejas que frequentavam – e objetivavam que se tornassem acadêmicos, pensadores e trabalhadores do setor cultural negro (HOOKS, 2017, p. 11).

Tudo muda quando, após a segregação, vai para uma escola de integração racial, onde passa a ter aulas com homens brancos e, de repente, o conhecimento passou a se resumir a pura informação (HOOKS, 2017, p. 12). Nota-se, pela exposição da escritora, a necessidade de uma educação onde o educando compreenda seu contexto social.

Assim, o letramento racial antirracista ao ser trabalhado no âmbito escolar, pode ser uma peça-chave no entendimento da história, cultura e contextos sociais locais. O conhecimento de obras e histórias de personagens negros colaboram em

diferentes percepções quanto ao quadro político, econômico e social que poderiam favorecer a compreensão das relações sociais brasileiras, afinal 56,1% a população brasileira é composta por pretos e pardos, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2021.

Compreender sua história e contexto social em que está inserido, com representatividade para brancos e não brancos, pode auxiliar na compreensão de sua identidade e responsabilidade nas relações sociais e raciais de forma consciente, compondo um quadro de lutas e ações antirracistas que auxiliam no processo de erradicação do racismo no país.

Considerações finais

Uma das bases para a manutenção do racismo é tratar a desigualdade como algo natural da sociedade. Se o racismo é estratégia da supremacia branca e de seus privilégios, sua atuação deve estar associada a uma postura de responsabilização e reparação racial (HOOKS, 2019, p. 50) para isso, o letramento racial “tem sido evocado como um passo e um exercício relevante na construção das possibilidades de antirracismo por brancas (os)” (VIEIRA, 2022, p. 58).

A manutenção no combate ao racismo requer uma adequação constante dos projetos de letramento racial, portanto, o letramento racial adquirido não pode ser visto como uma ferramenta utilizada sempre para práticas antirracistas, sendo possível operar para diferentes propósitos. Para Júlio Tavares o letramento está sempre operando, ele torna possível em uma linguagem pedagógica que esse processo de aprendizagem seja de libertação ou de dominação e que “[...] nós temos que interromper as blindagens cognitivas que foram promovidas pelo letramento colonial e promover este letramento racial libertário, emancipador, descolonizar.” (TAVARES, 2020).

O não desenvolvimento do letramento racial de acordo com Bárbara Vieira pode resultar em padrões de comportamentos e reflexões como:

a inabilidade de analisar sua posição em uma estrutura social racializada, ou seja, perceber sua condição racial enquanto branca(o) e os privilégios raciais decorrentes disso; a insistência na inocência racial; a adoção de uma perspectiva de cegueira racial

(colorblindness), isto é, que não vê como a raça influencia e determina comportamentos; não educar seus filhos negros a se protegerem do racismo, visto como um problema estrutural; ser incapaz de mudar suas lentes e colocar sua posição racial no centro da análise, ao ser membro de uma família inter-racial; não refletir criticamente sobre sua própria racialização ou conseguir se localizar em uma estrutura racial mais ampla e não modificar comportamentos, estilo de vida e se manter agarrados em uma zona de conforto branca. (VIEIRA, 2022, p. 60)

O letramento racial antirracista pode ser uma ferramenta potente se manuseada com consciência. Configura-se como um processo contínuo, individual e coletivo que demanda observação, conhecimento e escuta ativa para se entender o contexto racial em que o indivíduo está e de que forma funcionam as estruturas raciais onde os indivíduos se encontram. O letramento racial antirracista é um tema que exige pesquisas, mas pode ser compreendido como um conjunto de práticas que colaboram ao maior entendimento de como as tensões raciais estão configuradas e qual o papel de cada agente na luta antirracista.

Referências

ALMEIDA, Neide A. de. Letramento racial: um desafio para todos nós. **Portal Geledès**, 2018. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/letramento-racial-um-desafio-para-todos-nos-por-neide-de-almeida/>. Acesso em: 27/09/2023.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p.

BARRETO, Raquel. Uma pensadora brasileira. **Revista Cult**, julho, 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/lelia-gonzalez-perfil/>. Acesso em: 13/07/2022.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** São Paulo: Pólen, 2018.

CRESWELL, John. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Europeia, 1972.

FERNANDES, Viviane Barboza; SOUZA, Maria Cecilia Cortez Christiano de. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 63, p. 103-120, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/114868>. Acesso em: 22/02/2021.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Letramento Racial Crítico Através de Narrativas Autobiográficas: Com atividades Reflexivas**. Ponta Grossa: Editora Estúdio Texto, 2015.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Letramento Racial Crítico, Livro Didático e Interseccionalidades. **Uniletras**, Ponta Grossa, v. 41, n. 1, p. 123-127, jan/jun. 2019. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/uniletras>. Acesso em: 28/09/2023.

FONTANA, Felipe. Técnicas de pesquisa. *In*: MAZUCATO, Thiago. (org.). **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Penápolis: FUNEPE, 2018.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006.

GOMES, Nilma Lino. A contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro. *In*: BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. (organizadoras). **O pensamento negro em educação no Brasil**. São Carlos: UFSCAR, 1997.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. *In*: CAVALLEIRO, Eliane (Organizadora). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUIMARÃES, Antonio Alfredo. **Preconceito e discriminação: queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2004.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. *In*: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: Iphan, 1996.

HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo, 2019.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Características étnico-raciais da população: classificações e identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

MAZUI, Guilherme. 'No Brasil, não existe racismo', diz Mourão sobre assassinato de homem negro em supermercado. **Portal G1 Notícias**. Brasília, 20/11/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/20/mourao-lamenta-assassinato-de-homem-negro-em-mercado-mas-diz-que-no-brasil-nao-existe-racismo.ghtml>. Acesso em: 12/08/2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MUNANGA, Kabengele. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. **Cadernos Penesb**, Niterói, n. 12, p. 169-203, 2010.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Seminário Nacional Relações Raciais e Educação. Novembro de

2003. **PENESB**, Rio de Janeiro - RJ, Brasil. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 02/12/2022.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira [s.n.], 2004. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 07/09/2020.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

QUEVEDO-CAMARGO, Gladys; SCARAMUCCI, Matilde Virgínia Ricardi. O conceito de letramento em avaliação de línguas: origem de relevância para o contexto brasileiro. **Linguagem: Estudos e Pesquisas**, Goiânia, v. 22, n. 1, 2018. DOI: 10.5216/lep.v22i1.54474. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/lep/article/view/54474>. Acesso em: 14/08/2023.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROSCOE, Beatriz. 79% acham que há racismo no Brasil, mas só 39% se consideram preconceituosos. **PoderData**, 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/79-acham-que-ha-racismo-no-brasil-mas-so-39-se-consideram-preconceituosos/>. Acesso em: 31/10/2022.

SCHUCMAN, Lia Vainer. O branco e a branquitude: letramento racial e formas de desconstrução do racismo. In: **Portuguese Literary and Cultural Studies**, 2022, p. 171-189.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

TAVARES, Julio. Masterclass: Roteiro, com Prof. Dr. Julio Tavares – Cinema e Pensamento: Narrativas Negras. **Facebook**, 17/07/2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=649246055675486> – Acesso em 25.09.2023

VIEIRA, Bárbara Danielle Morais. Letramento racial. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 21, p. 53-64, 2022.